

Questão 88

A propriedade compreende, em seu conteúdo e alcance, além do tradicional direito de uso, gozo e disposição por parte de seu titular, a obrigatoriedade do atendimento de sua função social, cuja definição é inseparável do requisito obrigatório do uso racional da propriedade e dos recursos ambientais que lhe são integrantes. O proprietário, como membro integrante da comunidade, se sujeita a obrigações crescentes que, ultrapassando os limites do direito de vizinhança, no âmbito do direito privado, abrangem o campo dos direitos da coletividade, visando o bem-estar geral, no âmbito do direito público.

JELINEK, R. O princípio da função social da propriedade e sua repercussão sobre o sistema do Código Civil. Disponível em: www.mp.rs.gov.br. Acesso em: 20 fev. 2013.

Os movimentos em prol da reforma agrária, que atuam com base no conceito de direito à propriedade apresentado no texto, propõem-se a

- A reverter o processo de privatização fundiária.
- B ressaltar a inviabilidade da produção latifundiária.
- C defender a desapropriação dos espaços improdutivos.
- D impedir a produção exportadora nas terras agricultáveis.
- E coibir o funcionamento de empresas agroindustriais no campo.

ALTERNATIVA C

O texto identifica a propriedade da terra a partir da sua função social, como consta no artigo 186 da Constituição Federal brasileira, ou seja, cabe ao proprietário da terra o seu "uso racional da propriedade e dos recursos ambientais que lhe são integrantes". Assim, na luta pela reforma agrária, áreas improdutivas, portanto sem aplicação de sua função social, poderiam sofrer processo de desapropriação, conforme consta na alternativa C